

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

CAROLINA MEDRONHA FIGUEIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE
AO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD:
análise comparativa dos processos de avaliação e seleção a partir do conceito
de letramento literário**

Porto Alegre

2023

CAROLINA MEDRONHA FIGUEIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE
AO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD:
análise comparativa dos processos de avaliação e seleção a partir do conceito
de letramento literário**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Forgearini Nunes

Porto Alegre

2022/2

2023

AGRADECIMENTOS

Realizar a graduação, conciliar o tempo entre a mesma, com o trabalho e com a vida social não é tarefa muito fácil, principalmente aos finais de semestre, e neste momento de pesquisa e escrita do Trabalho de Conclusão. Esta tarefa não é fácil mas se torna menos cansativa e mais instigante quando temos ao nosso lado pessoas especiais que nos apoiam, vibram pelas nossas conquistas e formam uma rede apoio para que possamos realizar nossos afazeres e nossos sonhos.

Tenho muita a agradecer a minha mãe Bia, que sempre esteve ao meu lado me incentivando, me tranquilizando, me dando apoio e sendo, para mim, fonte essencial de exemplo e força. Aos meus irmãos, Leonardo e Luciano (que me espera com um chimarrão quando chego do trabalho e vou estudar), que me oferecem momentos de descontração e alegria. Ao meu pai, Luiz e a minha dinda Ana Celina, que me incentivaram e incentivam aos estudos. E ao meu companheiro, Rafael, que me apoia, me incentiva e me ajuda a realizar os meus sonhos. Agradeço também à minha orientadora Marília pelos ensinamentos e orientações para realizar essa pesquisa, assim como pela confiança e tranquilidade que tornaram esse momento mais significativo e sereno.

[...] a literatura no século XXI - quaisquer
que sejam as formas que dela sobrevivem
ou as novas que vierem a inventar -
continuará seu velho ofício de arrumar em
palavras o desarrumado das cabeças e
dos corações.
ou desarrumar o arrumado.
De todos.
De criança, de homens e de mulheres
como nós e diferentes de nós.
Em prosa e verso.
E em ritmo de vice-versa.
[...]
(LAJOLO, 2018, p.16)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão tem como objetivo realizar uma análise comparativa dos processos de avaliação e seleção de obras literárias, distribuídas para os anos iniciais do Ensino Fundamental a partir do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e do Programa do Livro e do Material Didático (PNLD), em vista a observar se os programas fomentam, ou não, o Letramento Literário. Para isso, são analisados os seguintes documentos: Edital de convocação 04/2012; Edital de convocação 02/2018; Resolução nº 7, de 20 de março de 2009; Resolução nº39, de 17 de Julho de 2009 e o Decreto 9.099 de Julho de 2017. Além da análise documental, comparativa entre os documentos, para contrastar os processos de avaliação e seleção das obras, a pesquisa também busca apoio de autores tais como Rildo Cosson, Magda Soares, Graça Paulino, Marisa Lajolo e Teresa Colomer que compõem a base conceitual desta pesquisa que se assenta nos conceitos de literatura, letramento e letramento literário. Tendo em vista as análises, observa-se que entre os dois programas o Programa Biblioteca da Escola (PNBE), que foi descontinuado em 2014 e substituído pelo PNLD (que se alinha mais a didatização da literatura) está mais centrado às concepções de literatura, letramento e letramento literário, defendidos nessa pesquisa. Por fim, se defende a necessidade de programas que garantam a distribuição de livros de literatura de qualidade para todas as escolas públicas do Brasil, garantindo o acesso à literatura a todos os estudantes, dos diferentes níveis escolares, assim como se defende também a criação de políticas públicas que prezem pela formação de mediadores de leitura, que possam vir a desenvolver, nas escolas, o letramento literário.

Palavras-chave: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Literatura. Letramento Literário.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Documentos analisados nesta pesquisa.....	9
Quadro 2 - Trabalhos selecionados a partir de revisão bibliográfica.....	19
Quadro 3 - Transformações na trajetória do PNBE.....	25
Quadro 4 - Histórico do PNLD	29
Quadro 5 - Edições do PNLD Literário.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita

CompesqEDU – Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Nacionais Curriculares

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático¹

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

RCNEI - Referenciais Curriculares para a Educação Infantil

SEB – Secretaria de Educação Básica

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEESP – Secretaria de Educação Especial

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹ A partir do Decreto 9.099, de 18 de Julho de 2017, o programa modifica-se e passa a Programa Nacional do Livro e do Material Didático, porém a sigla permanece a mesma.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 LITERATURA, LETRAMENTO E LETRAMENTO LITERÁRIO	13
2.1 Literatura	13
2.2. Letramento.....	15
2.3 Letramento Literário.....	16
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: AMPLIANDO OS REFERENCIAIS TEÓRICOS EM RELAÇÃO AO TEMA DE PESQUISA	18
4 METODOLOGIA	24
5 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS	25
5.1 Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).....	25
5.2 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).....	28
6 PNBE E PNLD E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS OBRAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	32
6.1 Análise comparativa entre a Resolução nº7, de 20 de março de 2009 e o Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017.	32
6.2 Análise comparativa entre os Editais de Convocação, do PNBE e do PNLD, para avaliação e seleção das obras de literatura	37
7 ARTICULAÇÃO DA ANÁLISE COM OS CONCEITOS DE LETRAMENTO LITERÁRIO E LITERATURA	46
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Gosto da ideia de que nosso corpo é a soma de vários outros corpos. Ao corpo físico, somam-se um corpo linguagem, um corpo sentimento, um corpo imaginário, um corpo profissional e assim por diante. Somos a mistura de todos esses corpos e é essa mistura que nos faz humanos. As diferenças que temos em relação aos outros devem-se à maneira como exercitamos estes diferentes corpos.
(COSSON, 2006, p. 15)

Dentre os tipos de corpos mencionados por Rildo Cosson na epígrafe deste texto está descrito o “corpo linguagem” (COSSON, 2006, p.15). A linguagem, dentre seus significados, pode ser descrita como a capacidade cognitiva, exclusiva dos seres humanos, que permite a cada indivíduo expressar e representar sua experiência de vida e de significar e produzir sentidos (BAGNO, 2023). Sendo assim, é por meio do *corpo linguagem*, associado a outras tantas linguagens que constituem esse mundo, que significamos e transformamos o nosso mundo individual e o mundo coletivo. Os seres humanos estão rodeados por um mundo de sentidos, estão imersos em linguagem, e dentre estas a linguagem verbal, norteadada pela palavra, “a mais definitiva e definidora das criações do homem” (COSSON, 2006, p.15). Para o exercício do nosso corpo linguagem temos a prática literária como potente ferramenta, já que através dela temos o exercício da leitura da palavra escrita, mas também ouvida quando se fala dos pequenos leitores, e da leitura da imagem, configurando a linguagem literária que abre portas para um mundo repleto de efeitos de sentido.

Com base neste processo de exercício do corpo linguagem, se tem o mote para o desenrolar desta pesquisa, pois o ensino desse exercício se dá principalmente pela escola, em todo o processo escolar. Nesta pesquisa, busca-se analisar, tendo como foco o desenvolvimento do letramento literário nas escolas, os processos de avaliação e seleção de livros de literatura em dois programas governamentais, voltados à distribuição de livros nas escolas públicas. A pesquisa desenvolve-se a partir de uma análise comparativa dos processos de avaliação e seleção dos livros de literatura entre o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE e o Programa do Livro e do Material Didático - PNLD. Esta análise tem como foco os editais dos referidos programas em específico os destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE foi um programa do governo federal criado em 1997 que tinha como objetivo a distribuição de livros de literatura de qualidade e referência para todas as escolas cadastradas no Censo Escolar. A intenção do programa era fomentar a leitura e com isso formar alunos e professores leitores. A partir do Decreto 9.099 de 18 de julho de 2017, o Programa foi incluído, junto ao Programa Nacional do Material Didático, ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Com isso, os processos de seleção, avaliação e distribuição dos livros de literatura passaram a fazer parte dos mesmos processos dos livros didáticos unificando os dois programas. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD estabelece dentre seus objetos relativos à literatura: “fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes”. Tendo em vista a distribuição de livros de literatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático em sua nomenclatura incluiu o adjetivo literário ao seu nome, configurando o PNLD literário como meio de incluir o PNBE.

Tendo em vista esta inserção do PNBE ao PNLD, esta pesquisa² tem por objetivo comparar o processo de organização dos dois Programas em específico seus processos de seleção e avaliação das obras literárias inscritas. Assim, as seguintes questões se estabelecem:

- 1) como se organizava o processo de avaliação e seleção das obras de literatura no Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE e como se organiza esse mesmo processo no Programa Nacional do Livro e Material Didático, conforme os editais de convocação de cada Programa?;
- 2) de que modo essas organizações se relacionam com o desenvolvimento do letramento literário na escola?

Para responder a essas questões esta pesquisa se configura a partir da perspectiva qualitativa, propondo como método a análise documental. Para tal análise, serão utilizados os seguintes documentos (Quadro 1):

Quadro 1 - Documentos analisados nesta pesquisa.

Identificação do documento	Informação que apresenta
----------------------------	--------------------------

² Este trabalho investigativo está vinculado à pesquisa "Educação literária, currículo literário: experiências, interações e sentidos" registrada na CompesqEDU sob o número 41888.

Edital de Convocação 04/2012	Convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o programa nacional biblioteca da escola - PNBE 2014.
Edital de Convocação 02/2018	Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para o programa nacional do livro e do material didático - PNLD 2018 literário.
Resolução nº 7, de 20 de março de 2009	Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).
Resolução nº 39, de 17 de julho de 2009	Altera a Resolução nº7, de 20 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).
Decreto 9.099 de Julho de 2017	Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Fonte: Organizado pela a autora.

Além da análise documental, comparativa entre os documentos citados no Quadro 1, a pesquisa também busca alicerce em autores tais como Rildo Cosson, Magda Soares, Graça Paulino, Marisa Lajolo e Teresa Colomer que apoiam a constituição da base conceitual desta investigação que se assenta nos conceitos de literatura e letramento literário para contrastar os processos de avaliação e seleção das obras nos dois Programas que são objeto empírico desta pesquisa.

Como apontado por algumas pesquisas, entre elas a 5ª edição dos Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, o número de leitores no Brasil, entre os anos de 2019 e 2020, foi de 52%. Entre os leitores de literatura, “38% leram o último livro de literatura por gosto”. Dentre os motivos entre os não leitores destaca-se, aqui, pela falta de tempo (34%), por não gostar de ler (28%), não ter paciência para ler (14%) e dificuldade com a leitura (6%). Além disso, a pesquisa mostra que, entre as dificuldades de leitura estão: lê muito devagar (19%); não tem concentração suficiente para ler (13%) e não compreende a maior parte do que lê (9%). Entre os influenciadores para a leitura, os professores e professoras aparecem como os que mais incentivam e influenciam a leitura (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020).

Analisa-se esses dados a partir de Cosson (2006) e de como o autor argumenta sobre o ensino de literatura na escola em vista ao letramento literário.

Para Cosson (2006, p.26) deve-se ir além da simples leitura do livro, a escola precisa ensinar o estudante a fazer uma exploração adequada da leitura, pois a leitura que será realizada fora do ambiente escolar estará fortemente condicionada pela maneira como a escola ensinou a ler. Sendo assim, é muito importante que dentro do ambiente escolar se proponham espaços que oportunizem a leitura efetiva, estratégias de leitura, a exploração e a interpretação dos textos lidos, envolvendo o compartilhamento de ideias, as reflexões e inferências sobre as leituras. Para além dessas ações mais sistemáticas, há que se considerar também o fomento à paixão pelo ato de ler, para que assim cresça o número de leitores literários no Brasil. Ainda segundo o autor, “ao professor cabe criar as condições para que o encontro do aluno com a literatura seja uma busca plena de sentido para o texto literário, para o próprio aluno e para a sociedade em que todos estão inseridos” (COSSON, 2006, p.29).

Partindo desses pressupostos, ressalta-se a importância da existência de programas governamentais voltados à distribuição de livros de literatura de qualidade para as escolas públicas. Essa distribuição sistemática entende-se que promove o encontro dos estudantes com livros de qualidade e proporciona o desenvolvimento do letramento literário nas escolas públicas a fim de fomentar o ensino e a formação do leitor literário de maneira qualificada.

Com base nisso, acredita-se que esta pesquisa abrirá espaço para discussões e reflexões acerca desses dois programas governamentais para que se conheça sua história e modo de realização. Estas reflexões podem estar atreladas à questão de distribuição de livros de qualidade e em larga escala para as escolas públicas do Brasil, aos financiamentos destes livros frente às editoras, a garantia de acesso dos estudantes de escola pública aos livros literários, o fomento à leitura e formação do letramento literário na escola.

O texto desta pesquisa organiza-se da seguinte maneira: primeiramente serão apresentados os autores e os conceitos que guiaram a pesquisa e logo após a metodologia para a análise dos dados. Em seguida, serão apresentados os dois programas que serão analisados, articulando suas origens, seus objetos e os editais a serem discutidos. Após esta apresentação se dará a análise dos processos de avaliação e seleção das obras de literatura infantil distribuídas pelos dois programas a partir dos documentos de referência em relação aos conceitos delimitados, respondendo às questões:

- 1) como se organizava o processo de avaliação e seleção das obras de literatura no Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE e como se organiza esse mesmo processo no Programa Nacional do Livro e Material Didático, conforme os editais de convocação de cada Programa?
- 2) de que modo essas organizações se relacionam com o desenvolvimento do letramento literário na escola?

Na próxima sessão, serão explicitado os conceitos que servem como base para a análise desta pesquisa, sendo eles o conceito de *Literatura*, de *Letramento* e *Letramento Literário*, com base nos seguintes autores: Lajolo (2018), Soares (1998; 2021), Cosson e Paulino (2009) e Cosson (2006).

2 LITERATURA, LETRAMENTO E LETRAMENTO LITERÁRIO

Esta pesquisa assume como conceitos centrais: *Literatura*, *Letramento* e *Letramento Literário*. Para isso busca explicitá-los a partir de trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores reconhecidos no campo de estudos que associa literatura e educação, tais como: Lajolo (2018), Soares (1998; 2021), Cosson e Paulino (2009) e Cosson (2006).

Explicita-se nesta seção do trabalho o que se entende por literatura, letramento e letramento literário de maneira a constituir uma base teórico-conceitual que sustentará a análise documental desta pesquisa.

2.1 Literatura

Literatura pode ser escrita no plural, Literaturas, já que seus sentidos são diversos e recheados de significados. Assim como apontado por Lajolo em “Literatura, ontem, hoje, amanhã” (2018), o significado de literatura é múltiplo e está sempre em movimento, um desdobramento que acompanha diferentes épocas, tempos e situações. Para cada momento histórico, características se sobressaem e formam um conceito para o que se entende por *literatura*. Mas, como base para esta escrita, não se pode deixar escapar, assim como mencionado pela escritora, uma literatura aberta ao exploratório, que permite (re)criar sentidos e interpretá-los de diferentes formas. Uma literatura que convida o leitor a conversar com o autor na chamada *interação estética* (LAJOLO, 2018, p.26) e nas linhas escritas descobrir novos mundos, novos sujeitos e novas vivências. Uma literatura que, em sua própria força, possui a capacidade “de nos ajudar a dizer o mundo e a nos dizer a nós mesmos” (COSSON, 2006, p.46).

As relações e os significados que a literatura tem em seus diferentes sentidos estão vinculadas à linguagem e aos sujeitos, pois a literatura se expressa por meio deles.

A literatura pode ser entendida como resultado de um uso especial de linguagem que, por meio de diferentes recursos, sugere o arbitrário a significação, a fragilidade da aliança entre ser e o nome. No limite, ela encena a irredutibilidade e a permeabilidade de cada ser, pois participa de uma das propriedades da linguagem: a capacidade de simbolizar, e simbolizando, simultaneamente afirmar e negar a distância entre o mundo dos símbolos e dos seres simbolizados. (LAJOLO, 2018, p.47)

Lajolo (2018, p.49) também afirma que, “qualquer tipo de linguagem nem anula o literário nem o necessariamente o produz”. Em outras palavras, o que a autora explica é que a caracterização do texto como *literário ou não*, dependerá da relação que as palavras estabelecem com o contexto e com as situações de leitura: “O que torna qualquer linguagem uma coisa ou outra, literatura ou não literatura, é a sua “*situação de uso*”, em que, autor e leitor “suspendem a convenção da linguagem corrente” (LAJOLO, 2018, p.50, grifos da autora).

Para diferentes autores pesquisados para explicitar o conceito aqui abordado, a literatura está permeada pela linguagem e abre portas ao leitor para conhecer-se, conhecer o mundo ao seu redor e as possibilidades de transformações, já que, conforme explicam Paulino e Cosson (2009, p. 70) “operando com a liberdade da linguagem [...] a experiência da literatura proporciona uma forma singular, diferenciada, de dar sentido ao mundo e a nós mesmos”.

Para tanto, é necessária a formação de um *sujeito da linguagem*, capaz de interagir com a literatura considerando essas diferentes perspectivas (PAULINO;COSSON, 2009, p. 76). Para que essas perspectivas sejam acessadas, é preciso que a literatura de qualidade se torne presente na vida das pessoas ou em espaços educacionais, oportunizando o desenvolvimento do letramento literário.

No entanto, além da consciência dessa amplitude de perspectivas, há também que se considerar que em meio a uma “*indústria livreira*” (como caracteriza Lajolo (2018, p. 20, grifo meu), fomentada pelas vendas, na qual diversos títulos são produzidos em massa em diferentes gêneros literários, que nem todos os livros que são publicados sob o rótulo de literatura oferecem bons exercícios de leitura literária. Diante disso fica o questionamento, afinal, quais livros são propícios ao desenvolvimento do letramento literário?

Diversos fatores estão relacionados à significação de literatura, como por exemplo o período histórico, que produz os conceitos e os contextos social e cultural. Mas pode-se problematizar quem a está definindo. Lajolo alerta que a civilização ocidental tem assumido a missão de conceituar muito do que é considerado relevante e essa civilização “[...]foi (ou ainda é um pouco?) por longo tempo branca, masculina, bem alfabetizada e com conta no banco.” (LAJOLO, 2018, p.16). Diante desse argumento, entendemos que o conceito precisa também incluir a experiência de leitura associada a ele, o que nos leva ao próximo conceito em foco nesta pesquisa: letramento.

2.2. Letramento

Rildo Cosson (2006) e Magda Soares (2021) defendem o *letramento* como uma prática política e social. Magda Soares em sua clássica publicação "Letramento, um tema em três gêneros" aponta que letramento é uma palavra que *tem sua tradução a partir de um vocábulo em língua inglesa - literacy - , cujo significado é: “o estado ou condição que assume aquele que aprende ler e escrever [...] de uma ideia de que a escrita traz consequências sociais , culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas” (SOARES,1998, p.17). Ao traduzir literacy, assumisse o significado do Letramento como sendo “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever: um estado ou condição que assume um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se *apropriado* da escrita” (SOARES, 1998, p.18). Ainda segundo a escritora, "*apropriar-se da escrita* é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade” (p.39, grifo da autora).

No Brasil, o conceito de letramento, segundo Soares (2023), surgiu alinhado a alfabetização³, sendo este

para designar uma aprendizagem inicial da língua escrita entendida não apenas como a aquisição do sistema alfabético e suas convenções, mas também como a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita, ou, mais amplamente, à cultura do escrito. (SOARES, 2023)

Seu advento está relacionado às transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, entre elas a diminuição das estatísticas relacionadas ao analfabetismo no Brasil no século XX. A partir do desenvolvimento desses argumentos, novas demandas surgem das práticas sociais e das práticas profissionais e, com isso, surge a necessidade de desenvolver diferentes habilidades relacionadas às práticas de leitura e de escrita (SOARES, 1998). Sendo assim, reformulam-se objetivos e introduzem-se

novas práticas no ensino da língua escrita na escola, de que é exemplo a grande ênfase que se passa a atribuir ao desenvolvimento de habilidades de compreensão leitora e de produção de textos de uma gama ampla e variada de gêneros textuais e de usos sociais da língua escrita. (SOARES, 2023)

³ Em uma definição mais simples, Soares (1998, p.47) define alfabetização como a "ação de ensinar/aprender a ler e a escrever".

Em suma, o termo letramento está atrelado ao envolvimento do sujeito em práticas sociais e pessoais relacionadas à leitura e à escrita. Em outras palavras, diz-se que um sujeito é letrado quando tem a capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos em diferentes fazeres de seu cotidiano (SOARES, 2021, p.27).

Rildo Cosson e Graça Paulino (2009) pontuam em sua escrita a pluralidade que há em letramento, (d)escrevendo-o como letramentoS, e apresentando o termo cunhado pelo New London Group: “multiletramentos”. Explicam que “há tantos letramentos quanto às práticas sociais e os objetos que informam o uso da escrita na nossa sociedade letrada” (p.65). Nesta perspectiva se adentra em outro conceito importante para esta pesquisa, o conceito de *Letramento Literário*.

2.3 Letramento Literário

O letramento literário é “o processo de apropriação da literatura enquanto construção de sentidos” (PAULINO; COSSON, 2009, p. 67), em outras palavras, é “o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem” (COSSON, 2023, n.p.), atrelado a um ato político e social, ao passo em que possibilita ao leitor formas de ver o mundo, de se colocar nele e de transformar a literatura.

Paulino e Cosson (2009) abordam o Letramento Literário como um processo contínuo e em movimento, que se desenvolve por toda a vida e a cada novo encontro com a literatura. Este processo é fomentado principalmente dentro da escola e sendo, como mencionado anteriormente, uma prática social, normalmente, de responsabilidade da escola (COSSON, 2006, p.23).

Para o desenvolvimento do letramento literário é necessário que o ensino de literatura tenha como centro a *experiência do literário*. Sendo assim é importante a leitura do texto, assim como é muito importante os sentidos que construímos a partir dele (COSSON, 2006, p. 47). É necessário “ir além da simples leitura do texto literário” (p.26), mas sim, proporcionar aos estudantes um ensino aprofundado e integrado com uma leitura efetiva do texto tomando:

[...]a literatura como um processo de comunicação, uma leitura que demanda respostas do leitor, que o convida a penetrar na obra de diversas maneiras, a explorá-la dos mais variados aspectos. É só quando esse intenso processo de interação se efetiva que se pode verdadeiramente falar em leitura literária. (COSSON, 2006, p.29).

A promoção do letramento itinerário dentro das escola, se bem desenvolvido, amplia a formação de um sujeito em relação à linguagem literária e, acima de tudo, forma um sujeito que sabe interagir verbal e intensamente, (re)conhece o outro e o mundo (PAULINO; COSSON, 2009, p.76), (re)conhece a si mesmo e descobre novos sentidos, já que:

Ler implica troca de sentidos não só entre o escritor e o leitor, mas também com a sociedade em que ambos estão localizados, pois os sentidos são resultados de compartilhamentos de visões de mundo entre os homens no tempo e no espaço.

Ao ler, estou abrindo uma porta entre meu mundo e o mundo do outro. O sentido do texto só se completa quando este trânsito se efetiva, quando se faz a passagem de sentidos entre um e outro. (COSSON, 2006, p. 27)

Além dos autores e autoras e seus textos referenciados e citados até então, outras fontes escritas também servirão de apoio para a esta pesquisa, tais como artigos e Trabalhos de Conclusão de Curso. Estes trabalhos foram selecionados a partir de revisão bibliográfica que se apresenta no capítulo seguinte.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: AMPLIANDO OS REFERENCIAIS TEÓRICOS EM RELAÇÃO AO TEMA DE PESQUISA

A revisão bibliográfica foi realizada nos repositórios Lume/UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Google Acadêmico tendo como parâmetros de busca as palavras-chave: Programa Nacional do Livro e do Material Didático; PNLD literário; Programa Nacional Biblioteca da Escola; Decreto 9.099/2018; Literatura infantil; Letramento literário. Desta revisão foram encontrados dois TCCs e 7 artigos pertinentes ao tema desta pesquisa. Desses 9 documentos, 5 foram selecionados para esta pesquisa, pois estão mais vinculados aos objetivos dessa escrita, e, ao longo, dela aparecem com o objetivo de me auxiliar a observar alguns aspectos presentes nos programas e nos documentos que os regem.

O quadro a seguir (Quadro 2) apresenta os trabalhos selecionados a partir da revisão bibliográfica.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados a partir de revisão bibliográfica.

Tipo	Área de conhecimento	Título	Autor	Resumo	Ano
Trabalho de Conclusão de Curso	Biblioteconomia	História e memória do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas contribuições para a formação de alunos-leitores	Camila Alves de Melo	Esta monografia apresenta como problema de pesquisa: qual o percurso histórico do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas contribuições para a formação de alunos-leitores? Seu objetivo geral é resgatar a memória do PNBE e investigar as contribuições do Programa para a formação de alunos-leitores. Atende a três objetivos específicos: (1) mapear o percurso histórico de constituição do PNBE através de documentos oficiais e públicos, de forma a produzir uma fonte de memória do Programa; (2) produzir uma pesquisa bibliográfica sobre o PNBE para identificar os principais focos de análise acadêmica sobre o Programa e (3) identificar, a partir da pesquisa bibliográfica, as contribuições do Programa para a formação de alunos-leitores. O PNBE, criado em 1997, representou uma iniciativa duradoura, com grande volume de investimento e, como apontou a busca nas bases de dados, pouco estudada no campo da Ciência da Informação. O estudo proposto tem como pilares as reflexões sobre Leitura e Formação de Leitores na Escola Pública a partir de Cagliari (2008), Aguiar (2011; 2001), Soares (2008) Paula e Fernandes (2014), Martins (1988), Lajolo (2005; 1996) e Martha e Neves (2012); sobre Bibliotecas Escolares a partir de Moro e Estabel (2011; 2005), Moro et al. (2011), Martha e Neves (2011) e Luft (2011) e, por fim, sobre as Políticas Públicas de Leitura a partir de Cordeiro (2018) e Moro e Estabel (2011; 2012). A pesquisa é de natureza básica, de abordagem qualitativa, com objetivo exploratório, utiliza como procedimentos a pesquisa documental e bibliográfica. Os dados obtidos na pesquisa bibliográfica foram analisados a partir da Análise de Conteúdo (MORAES, 1999). A pesquisa documental evidenciou que o PNBE foi constituído por mudanças ao longo de seus dezenove anos de vigência, que dizem respeito ao: processo de seleção e avaliação das obras e os agentes envolvidos nessa tarefa, bem como a caracterização e destinação dos acervos. Foram	2019

				<p>compilados dados quantitativos, por ano, de acordo com o volume de investimento, obras distribuídas, sujeitos e escolas beneficiadas. Desses dados, a pesquisa documental apontou para um total de R\$ 1.266.079.804,46 de investimento e 316.431.303 obras distribuídas. A pesquisa bibliográfica retratou cento e vinte três estudos, com cinco focos de análise: (1) Avaliação e implementação da política pública; (2) Processo de seleção, avaliação e aquisição das obras; (3) Estudo das práticas: de leitura, de formação de leitores e de mediação de leitura; (4) Análise das ações específicas do Programa e (5) Análise do acervo do Programa. Evidenciou-se um maior investimento na análise do acervo, contemplando 56% dos estudos selecionados. As contribuições do Programa para a formação de alunos-leitores são focadas na distribuição: de livros de qualidade; de acervos caracterizados pela diversidade (entendida em um sentido amplo: autores, contextos, gêneros literários, suportes, temáticas, entre outros); de livros que promovam a ampliação do conceito de literatura e o rompimento de barreiras no que tange aos textos literários e de obras acessíveis. A distribuição de livros é uma primeira e importante etapa, que deve ser continuada por outras, para garantir a formação do aluno-leitor.</p>	
Artigo	Letras	Análise de material de apoio do pnld-literário de 2018	Marcos Vinícius Scheffel	<p>O PNLD-literário de 2018 estabeleceu novos parâmetros para escolha das obras literárias a serem lidas por alunos das escolas públicas brasileiras. Ao contrário do programa nacional da biblioteca da escola (PNBE), o PNLD-literário não tem seu foco em elencar obras literárias que seriam "altamente indicadas", mas sim em excluir as obras com "problemas" e, com base em uma lista de obras, delegar aos professores da educação básica a escolha dos livros que podem ser relevantes para a realidade de ensino de sua escola, de seus alunos. Outra mudança foi a sugestão da criação de materiais de apoio para o uso das obras voltadas aos professores. Esses materiais deveriam trazer</p>	2021

				sugestões para: contextualizar autor e obra, motivar a leitura, justificar o valor literário da obra e fornecer subsídios para atividades (de pré-leitura e pós-leitura e conectadas com temas e conteúdos presentes nos livros). Este artigo analisa as concepções de ensino de literatura que atravessam o edital desse programa e também algumas propostas de ensino de literatura encontradas nos materiais de apoio ao professor. Para tanto, estabelece um diálogo com conceitos e práticas de ensino de literatura de Colomer (2007) e Cosson ([2006] 2012), que parecem embasar essas propostas.	
Artigo	Letras	A literatura infantil em perigo: políticas públicas e o controle da leitura	Marta Passos Pinheiro, Jéssica Mariana Andrade Tolentino	Neste artigo, propõe-se uma reflexão sobre a concepção de literatura dos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD Literário 2018 e 2020, por meio da análise de seus protocolos de leitura. Apresenta-se ainda um breve percurso histórico da literatura infantil, para melhor compreendermos suas características e transformações. Dessa forma, realiza-se pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fundamentação teórica as abordagens historiográficas de Marisa Lajolo, Regina Zilberman, Nelly Novaes Coelho, Edmir Perrotti e Rildo Cosson. Os critérios referentes à qualidade literária estabelecidos pelo programa valorizam uma concepção pedagógica que cerceia a autonomia dos professores, promove um controle da ficção (e, conseqüentemente, da recepção) e desfigura a obra literária, vetando sua condição estética. Em relação à materialidade das obras, o programa impõe a padronização das características gráfico-editoriais dos livros, o que revela uma concepção desmaterializada da literatura, promove o apagamento e desvalorização dos profissionais envolvidos na elaboração de tais projetos (como ilustradores, designers e editores) e ainda reforça a aproximação do livro literário às cartilhas e materiais paradidáticos.	2020

Artigo	Letras	Os critérios de avaliação e seleção de obras literárias - o PNLD Literário 2018	Ana Magally Pereira de Freitas, Israel Niwton da Costa Pereira, Daniela Maria Segabinazi	Este artigo tem como objeto de estudo e análise o processo de avaliação e seleção de obras literárias do Programa Nacional do Livro Didático e do Material do Livro Didático (PNLD) 2018 – Literário, um programa de promoção da leitura realizado pelo MEC que distribuiu acervos de livros de literatura infantil para bibliotecas e turmas dos anos iniciais. Nosso objetivo é apresentar e discutir os critérios de avaliação e seleção utilizados pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública do município de João Pessoa/Paraíba, a partir de dados quantitativos coletados por meio de questionários e análise qualitativa das respostas. Para isto, buscamos em fontes documentais como o edital e guia online e em referenciais bibliográficos os fundamentos que contribuem para a contextualização do programa, a descrição do processo de avaliação e seleção dos livros, a discussão dos critérios usados pela equipe do MEC e pelos professores, assim como equívocos em todo o processo seletivo. De modo geral, os resultados parciais apontam problemas na divulgação e orientação sobre o programa e a escolha das obras, incongruências na seleção dos professores e critérios controversos para a seleção de obras literárias.	2020
--------	--------	---	--	--	------

Artigo	Educação	Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico.	Célia Regina Delácio Fernandes e Maisa Barbosa da Silva Cordeiro.	Este artigo apresenta um estudo das mudanças nos critérios utilizados na escolha de obras literárias durante o processo de avaliação e seleção ao longo da existência do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com esse propósito, o trabalho se detém nos anexos dos editais em que constam os critérios de avaliação e seleção. Para tanto, este estudo divide-se em duas partes. Na primeira, são abordados os critérios seletivos das obras de 1998 até o ano de 2004, devido ao término, neste ano, do projeto Literatura em minha casa. Posteriormente, são discutidos os critérios de avaliação e seleção apresentados nos editais de 2005 a 2012, período em que as obras foram compradas para compor os acervos das bibliotecas escolares.	2012
--------	----------	--	---	--	------

Fonte: Organizado pela autora

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, o que significa dizer que “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão” de um fenômeno, ao qual busca em seu estudo descrever, compreender, explicar e refletir sobre um determinado assunto (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31-32). A ação principal é a análise comparativa entre os editais de convocação dos programas PNBE e PNLD a fim refletir sobre os processos de seleção e avaliação das obras de literatura. Além disso, a pesquisa se faz a partir de uma análise documental de documentos oficiais e públicos, como fonte de dados, informações e evidências (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p.55).

Para a análise comparativa dos documentos listados no Quadro 1, observa-se o objetivo geral do processo avaliativo e os critérios para a avaliação e seleção das obras em ambos os programas - PNBE e PNLD - evidenciando semelhanças e diferenças. Nos critérios de avaliação e seleção das obras literárias, a observação se realiza considerando alguns questionamentos: Qual o objetivo principal do programa em relação às obras a serem selecionadas considerando os conceitos explicitados nesta pesquisa? Como isso se revela nos processos de escolhas? Como estes critérios fomentam ou não o letramento literário? Eles pendem para a didatização da literatura?

Assim, o que se apresenta nos documentos será analisado tendo por lentes os conceitos selecionados para essa pesquisa, que se voltam à literatura e ao letramento literário.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS

Este capítulo apresentará os dois programas federais em discussão nesta pesquisa, o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Os dois programas se vinculam à distribuição sistemática de livros de literatura, entre outros materiais, para as instituições educacionais de Educação Básica das redes públicas ou conveniadas com o Poder Público.

5.1 Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi criado pela Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997. Dentre os objetivos descritos no primeiro documento, tinha-se (1) adquirir obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, dicionários, atlas, enciclopédias, materiais de apoio, obras de referência e materiais audiovisuais e caráter educacional e científico; (2) produzir e distribuir materiais com o intuito de apoiar projetos de capacitação e atualização dos professores do ensino fundamental e (3) apoiar e incentivar o hábito da leitura (BRASIL, 1997a).

Após esta portaria, vários outros documentos oficiais acerca do Programa foram publicados. A pesquisadora Camila Alves de Melo, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, "História e memória do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas contribuições para a formação de alunos-leitores" (MELO, 2019), analisa o percurso do Programa e apresenta os documentos oficiais desde o seu início em 1997 até a sua descontinuidade. Dentre a trajetória do Programa, transformações são observadas tais como; objetivos, inclusão de etapas a serem contempladas (educação infantil, ensino médio e EJA), tipos e formas de ofertas dos materiais (para bibliotecas escolares, para professores, para uso pessoal dos estudantes), assim como, diferentes características dos acervos a serem distribuídos, de acordo com as especificidades dos editais.

A pesquisa de Melo (2019) auxilia a sistematizar, no quadro a seguir (Quadro 3), as mudanças ocorridas na trajetória do PNBE.

Quadro 3 - Transformações na trajetória do PNBE.

Ano	Descrição
-----	-----------

1998 a 2000	Foco na distribuição de livros para as bibliotecas escolares a fim de ampliar os acervos.
2000	Passou a incorporar os professores, além dos alunos, por meio da distribuição de obras e periódicos de cunho didático-pedagógico. “PNBE foi voltado exclusivamente aos professores, em uma ação que visava a disseminação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e para a Educação Indígena e da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), criadas na época” (MELO, 2019, p.43).
2001; 2002; 2003	Edição “Literatura em Minha Casa” na qual foram distribuídas obras para uso pessoal, em que os estudantes e professores levaram as obras para casa.
2003	“Biblioteca do professor” - destinado aos professores de 1º ao 4º ano.
2003	Inclusão dos alunos da EJA.
2005	Retomada a distribuição de acervos para as bibliotecas escolares. Somente neste ano, os professores escolheram o acervo de seu interesse para o trabalho em sala de aula ou na biblioteca (COSSON; PAIVA, 2014, p.489)
2007	Mudança na constituição do programa: ano referência dos editais a partir da aquisição dos livros não mais pelo ano de distribuição dos acervos.
2008	Inclusão dos alunos de Educação Infantil e do Ensino Médio.
2009	Começa a atender, nos anos ímpares, Anos Finais e Ensino Médio e nos anos pares, Educação Infantil, Anos Iniciais e EJA.
2010 e 2013	“PNBE do Professor” - professores de todas as etapas de ensino regular e EJA.
2013	PNBE Temático - vinculado a distribuição de obras com as temáticas: indígena, quilombola, campo, Educação de Jovens e Adultos, direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, educação especial, relações étnico-raciais e juventude (MELO, 2019, p.44).
2010 a 2014	“PNBE Periódicos”- distribuição de revistas de cunho pedagógico para professores.

Fonte: Organizado pela autora.

Além destes dados apresentados acima, MELO (2019) salienta também que, dentro da trajetória do Programa, “houve uma crescente preocupação em atender os alunos com deficiência” (p.43). Em 1999 e 2008, assim como a partir de 2013, há distribuição de acervos acessíveis e adaptados, além de uso de softwares para que todos fossem incluídos nas ações do Programa.

No que tange à avaliação e à seleção das obras que compuseram os acervos entregues às escolas, observa-se que houve qualificação sistemática desse processo. A partir de 2001, os critérios para avaliar e selecionar as obras ficaram mais acessíveis ao passo em que também começaram a ser estabelecidos nos editais (FERNANDES; CORDEIRO, 2012). Além disso, a partir de 2005, este processo deixa de ser realizado por comissão técnica e passa a ser designado a instituições universitárias federais, inicialmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro e após a Universidade Federal de Minas Gerais representada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação. Essa nova designação torna a instituição federal coordenadora do processo de seleção e avaliação bem como responsável por agregar ao processo pesquisadores da área. Como apontado por Melo (2019),

o processo de seleção foi feito por diferentes agentes: por Comissões Técnicas (1998,2001, 2002 e 2003), pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e Secretaria de Educação Especial (1999), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (de 2006 a 2014); esse período demonstra que o CEALE foi um dos maiores responsáveis pelo PNBE e foi sob a gestão do Centro que o Programa se estabilizou e se expandiu. (MELO, 2019, p. 45)

O Programa Biblioteca na Escola - PNBE teve vigência de 1997 a 2014, quando seu último edital foi publicado. Em 2017 o Programa foi incorporado, a partir do Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017, ao Programa do Livro Didático (PNLD) e dessa unificação surgiu o Programa do Livro e do Material Didático (PNLD).

As últimas resoluções que dispõem sobre o PNBE foram publicadas em 2009: Resolução nº 7, de 20 de março de 2009 e a Resolução nº 39, de 17 de julho de 2009. No art 2º, da Resolução nº 7, ficou estipulado que o Programa distribuiria acervos “compostos por obras de literatura, *de referência*, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica” (BRASIL, 2009, n.p.) a fim de *democratizar o acesso* às fontes de informação,

fomentar a leitura e a formação de alunos e professores leitores, assim como apoiar à atualização e o desenvolvimento profissional destes professores, tendo em vista a *leitura como prática social*.

Durante os anos de vigência do PNBE, diversas obras foram distribuídas às redes públicas de ensino, cadastradas no Censo Escolar, de forma periódica e intercalada, ao passo em que a distribuição ocorreu conforme as etapas de ensino: nos anos ímpares, Ensino Médio e Educação Infantil, nos anos pares, Anos Iniciais e EJA. A distribuição de livros organizada pelo PNBE se dava em conjuntos de livros reunidos em acervos “compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos”, além de periódicos de conteúdo didático e metodológico e obras de cunho teórico e metodológico (BRASIL, 2023, n.p.).

A última edição do Programa Nacional Biblioteca da Escola, foi realizada em 2014, visando à oferta de obras de literatura para a Educação Infantil (nas etapas creche e pré-escola), aos anos iniciais do Ensino Fundamental e para a etapa da Educação de Jovens e Adultos (etapas do fundamental e médio). O edital de convocação para inscrição e seleção das obras desta edição é o que será analisado nesta pesquisa.

5.2 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD foi criado a partir do Decreto 9.099 de 18 de julho de 2017, a partir da fusão de dois programas governamentais, o Programa Nacional Biblioteca da Escola, criado em 1997 (que distribuía as escolas públicas acervos de obras de literatura) e o Programa Nacional do Livro Didático, criado em 1985 (que disponibilizava às escolas públicas livros didáticos).

Com a unificação dos dois programas, o PNLD, no âmbito do Ministério da Educação, ficou responsável pela avaliação e disponibilização de obras didáticas, pedagógicas e obras literárias, assim como outros materiais de apoio à prática educativa, tais como: *softwares*, jogos educacionais, materiais de reforço, materiais de formação e materiais de apoio à gestão escolar. Estes materiais são distribuídos a todas as escolas públicas de Educação Básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital, desde que cadastradas no Censo Escolar de Educação Básica

- realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e que, previamente, estejam cadastradas no Programa. Além das escolas públicas, outras instituições também têm o direito de receber os materiais, sendo estas instituições de Educação Infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público.

A distribuição dos materiais descritos acima é realizada de forma periódica, anualmente e intercalada, conforme as etapas e níveis da Educação Básica. A partir de editais específicos, as obras são selecionadas para as seguintes etapas: Educação Infantil, primeiro ao quinto anos do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), sexto ao nono anos do Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio.

Dentre os processos para a aquisição das obras e materiais disponibilizados pelo Programa, a avaliação pedagógica das obras, inscritas conforme edital específico fica a cargo de equipes de professores da rede pública e privada do ensino superior e da educação básicos inscritos para realizar este processo. Este é orientado e supervisionado pelo Ministério da Educação, que através de uma comissão técnica específica, composta por especialistas de diferentes áreas do conhecimento, ao qual tem seus membros indicados por diferentes instituições do governo, estabelece as diretrizes dos editais de cada edição do programa. Já o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem a responsabilidade de regulamentação do Programa, no que tange aos editais de convocação, à habilitação das editoras e empresas, às negociações e à aquisição dos materiais, assim como a distribuição e o monitoramento durante os processos de cada edição do Programa.

Depois dos materiais avaliados conforme edital de convocação, as redes de ensino, de maneira conjunta entre o corpo docente e gestor da escola, com suporte de um Guia Digital farão a seleção das obras que a escola gostaria de receber. Neste Guia estão dispostas as obras com dados (resenhas e critérios para a escolha) sobre cada uma delas.

A seguir, apresenta-se um quadro (Quadro 4) com o histórico das edições do Programa desde o seu início em 2017 até o momento dessa escrita.

Quadro 4: Histórico do PNLD.

Ano da edição	Etapa atendida
---------------	----------------

2017	Aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental.
2018	Aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores do ensino médio e PNLD Literário.
2019	Aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores do ensino fundamental e educação infantil.
2020	Aquisição de obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º anos) e PNLD Literário.
2021	Aquisição de obras didáticas, literárias e de recursos digitais destinados aos estudantes, professores e gestores das escolas do ensino médio.
2022	Aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes, professores e gestores da educação infantil, obras pedagógicas de preparação para alfabetização baseada em evidências e PNLD literário.
2023	Aquisição de obras didáticas, literárias e pedagógicas destinadas aos estudantes, professores e gestores das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Fonte: Organizado pela autora.

Tanto o decreto 9.099 de 18 de julho de 2017 quanto a Resolução nº12 de 07 de outubro de 2020, não estabelecem muitas diretrizes para a avaliação, a seleção e a distribuição das obras de literatura, deixando para os editais de convocação de cada edição as especificações mais detalhadas. Para este eixo do Programa, foi estabelecida uma “ramificação” para tratar da distribuição dos livros de literatura, sendo este o “PNLD Literário”.

O Quadro 5 apresenta as diferentes edições do PNLD Literário desde a primeira edição informando a quem os livros selecionados foram destinados:

Quadro 5: Edições do PNLD Literário

Ano da edição	Etapa atendida
2018	Distribuição destinada aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e do Ensino Médio (1º ao 3º anos).
2020	Distribuição destinada ao atendimento dos anos finais do ensino fundamental (5º ao 9º anos).
2022	Distribuição destinada aos estudantes e professores da educação infantil.

Fonte: Organizado pela a autora.

De acordo com o art. 2º do Decreto 9.099 que dispõe sobre Programa Nacional do Livro e do Material Didático, a distribuição das obras literárias e dos materiais pedagógicos e didáticos objetiva aprimorar o processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas, garantindo o padrão de qualidade dos materiais ofertados, assim como a democratização ao acesso as fontes de informação e cultura. Além disso, busca-se apoiar a atualização e a autonomia do desenvolvimento profissional do professor bem como apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em relação ao PNLD Literário, destacamos que seu objetivo é “fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes” (BRASIL, 2017, n.p.).

Na próxima sessão adentramos à análise dos documentos oficiais que regem os programas apresentados neste capítulo, assim como à análise dos critérios de avaliação e seleção das obras presentes nos editais de convocação dos mesmos.

6 PNBE E PNLD E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS OBRAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Nesta seção, serão discutidos os documentos legais apresentados no Quadro 1, documentos oficiais que são usados como base para esta pesquisa. Primeiramente, será feita uma análise comparativa entre os documentos que regem os programas, o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Logo após, serão discutidos os últimos editais referentes à distribuição de livros de literatura para os anos iniciais do Ensino Fundamental, no PNBE em 2014 e no PNLD em 2018. Esta discussão estará pautada em uma análise comparativa entre as semelhanças e diferenças entre os dois editais, no que diz respeito à avaliação e à seleção das obras literárias.

6.1 Análise comparativa entre a Resolução nº7, de 20 de março de 2009 e o Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017.

Para tal análise, tem-se como foco os objetivos apresentados em cada um dos programas e os processos de avaliação e seleção das obras literárias que compõem os acervos distribuídos. O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE tem como principal objetivo a distribuição de acervos, compostos por obras de literatura de referência, às bibliotecas de todas as escolas públicas do Brasil, para democratizar o acesso às fontes de informação, bem como apoiar a atualização e o desenvolvimento profissional do professor. O PNBE salienta, na Resolução 07/2009 que o regulamenta, a intenção de fomentar a leitura e *a formação de alunos e professores leitores* (BRASIL, 2009).

Já o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, além de avaliar e disponibilizar obras literárias tem como objetivo, também, ofertar obras didáticas pedagógicas às escolas públicas do Brasil. Aqui observa-se a primeira diferença entre os programas, no PNBE há documentos oficiais, que regem este Programa, diretamente relacionado à distribuição de livros *de literatura* de referência, com objetivos e diretrizes específicas para tal fim. No que tange o PNLD, o documento que o rege, o Decreto 9.009/2017, também está atrelado à distribuição de livros e materiais didáticos.

Sendo assim, observa-se que no Decreto 9.099/2017 o direcionamento é, em grande parte, para a avaliação e distribuição do material didático, fazendo

poucas referências aos livros de literatura, especificamente. Pinheiro e Tolentino (2020, p. 173), chamam a atenção para este fato, pontuando que “não há, no decreto, diferenciação entre os mecanismos de avaliação e distribuição de materiais didáticos e de livros de literatura”, subentende-se, com isso, que todas as diretrizes, quando não especificadas, equivalem para os dois. Nesse sentido, pode-se abrir espaço para as escolhas voltadas ao didatismo, como forma de apresentar temas e conteúdos, fugindo assim da função essencial da literatura que é a de “ajudar a dizer o mundo e a nos dizer a nós mesmos” (COSSON, 2006, p.46), que permite (re)criar sentidos e interpretá-los de diferentes formas (LAJOLO, 2018, p.26). Tendo como base que ambos os materiais possuem funções e sentidos diferentes, vale observar, entre os dois programas, as concepções sobre leitura, leitores e literatura.

Essa falta de definição não se sustenta de modo contundente em relação ao PNLD Literário porque há um edital específico, assim como no PNBE, no qual há maiores informações direcionadas aos livros literários. E que, após 2020, com a Resolução nº 12, de 07 de outubro de 2020, há uma maior regulamentação do PNLD e com isso mais esclarecimentos sobre o programa vinculado às obras literárias. Porém, esta resolução é posterior ao edital em análise nesta pesquisa, já que se tem como base o edital do PNLD literário de 2018, última edição com distribuição para os anos iniciais do ensino fundamental. Realizamos este destaque evidenciando a incorporação de um programa no outro, algo que nos interessa com vistas a pensar como a formação de leitores literários é fomentada no âmbito de programas vinculados à ações governamentais.

Nos documentos legais que dispõem sobre os programas aqui discutidos, observa-se que, dentro dos objetivos há uma distinção entre o PNBE e o PNLD. Na Resolução 7/2009 referente ao PNBE, no art.2º, inciso II deste artigo, consta que, “serão distribuídos às escolas acervos compostos por *obras de literatura de referência*” com vista “ao fomento à leitura e à *formação de alunos e professores leitores*”. Já no Decreto 9.099/2017 referente ao PNLD, dentre os objetivos citados no segundo artigo, destaca-se os incisos IV e V respectivamente: “fomentar a leitura e o *estímulo à atitude investigativa dos estudantes*”; “apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular”.

Primeiramente, como pontuado por Scheffel (2021), no PNBE o objetivo supremo era a oferta de literatura de qualidade, altamente indicada, com foco na leitura literária, e com isso, na formação de leitores literários. Já no PNLD, a

formação do leitor literário não fica em destaque, e percebe-se um rumo maior para textos mais preocupados com a função pedagógica do que estética, considerando esses textos como recursos para o desenvolvimento de aprendizagens alinhadas à Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Tendo em vista a BNCC, observa-se que, no geral, o que se entende por leitura revela uma perspectiva vinculada à área das linguagens, mais especificamente de língua portuguesa. Mais adiante serão discutidas estas questões.

A partir destas observações, pontua-se que considerar e analisar os objetivos dos programas é base para analisar as formas de avaliação das obras. Essa compreensão, assumimos com base no que Colomer (2015, p.266) afirma sobre escolher livros literários: “a tarefa de selecionar as obras se dirige a observar os pontos de interesse segundo o propósito perseguido”, ou seja, os objetivos postos. Concebe-se, pois, uma relação direta com a forma com que se estruturam os processos de avaliação e de seleção das obras literárias aos objetivos principais estabelecidos, ao passo em que estes servem como base para a construção dos critérios fundantes dos editais de convocação.

No que tange aos processos de avaliação das obras, o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE define, no art 4º, da Resolução 7/2009, que será de responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Secretaria de Educação Básica (SEB), em cooperação com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) a organização dos editais de convocação a cada ano de execução do programa. No Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, esta responsabilidade fica a cargo de uma comissão técnica que é organizada pelo MEC, a partir de indicações dos seguintes órgãos: Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Secretários de Educação; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação; Conselho Nacional de Educação; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e entidades da sociedade civil escolhidas pelo Ministério da Educação para elaboração das listas tríplexes do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2017).

Nesta questão, ambos os programas, mesmo que, com alguns órgãos diferentes na composição da comissão técnica, ficam subordinados a pessoal relacionado aos governos vigentes, já que parte destas equipes são indicadas por agentes governamentais para ocuparem os cargos de confiança.

No que tange a avaliação pedagógica e seleção das obras que farão parte dos acervos distribuídos, observamos que:

- O PNBE fica, a partir de 2006, a cargo do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; que coordenava a avaliação das obras inscritas no Programa, de acordo com edital específico, e, a partir desta avaliação, selecionavam e organizavam acervos para serem distribuídos às escolas públicas do país;
- No PNLD a responsabilidade fica por conta de equipes de professores da rede pública e privadas de ensino superior e Educação Básica, orientadas e coordenadas pelo MEC. Após a avaliação, de acordo com edital específico, esta equipe seleciona as obras e encaminha para as escolas uma lista para que, com auxílio de um Guia Digital⁴, aos professores das redes educacionais possam escolher os livros que gostariam de receber na escola.

Em relação à avaliação pedagógica das obras e a sua distribuição, vemos algumas semelhanças entre os dois programas, no que diz respeito aos órgãos que elaboram os editais com os critérios fundantes para as avaliações, a exemplo o Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE, e a Secretaria de Educação Básica - SEB. A SEB também é responsável por orientar e promover os aspectos a serem seguidos para o processo de avaliação e de seleção das obras em ambos os Programas. Mas, para, além disso, pontuasse algumas das diferenças neste processo.

Primeiramente, as obras no PNBE, eram avaliadas por equipes compostas por especialistas, qualificados para tal fim, que assumiam a responsabilidade de selecionar obras de qualidade, altamente indicadas, atendendo "[...] às mais diferentes necessidades de formação do leitor, com diferentes níveis de contato com o texto literário, e que ainda, passarão pelas mãos de professores, bibliotecários,

⁴ O Guia Digital pode ser acessado em https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/125-guias?download=13455:guia_pnld_literario_2018.

pedagogos e direção” (SCHEFFEL, 2021, p.87). Após esta seleção das obras literárias, os acervos chegavam prontos às bibliotecas de toda a rede de educação pública do Brasil. Já no PNLD, esta etapa fica a cargo de equipes formadas por professores da rede pública e privadas de ensino superior e educação básica que se inscrevem para participar deste processo. Nesse ângulo há dois pontos para observar, primeiro se esse movimento garante uma boa avaliação das obras, já que se sabe que há uma carência na formação dos professores e que muitos deles não são leitores de literatura e, segundo, sobre a abertura de espaço para que os professores, aqueles que apresentam e utilizam os livros na escola, possam fazer essas escolhas. Esse modo de organização no PNLD, para Scheffel (2021, p.86), demonstra uma intenção de selecionar uma lista mais ampla de obras a serem escolhidas pelas escolas, deixando um pouco de lado a preocupação de selecionar obras altamente indicadas. Tem se aí, mais uma diferença entre os dois programas.

No PNLD, após esta etapa de avaliação e seleção das obras, há um outro processo que é a seleção realizada pelos professores das escolas públicas, a partir da lista encaminhada pela equipe de avaliação pedagógica. É importante salientar que os professores não recebem os livros em suporte físico, o que dificulta o processo de avaliação das obras em todos os seus atributos. Nesta perspectiva, de seleção pelos professores, Scheffel (2021, p.86) pontua que o PNLD assume que a qualidade da obra pode variar conforme os objetivos educacionais propostos e que somente os professores podem definir as obras que devem ser lidas em determinados contextos. Esta avaliação vai ao encontro com Colomer (2015, p.306), ao falar que cada mediador deve partir de seu conhecimento sobre as obras e sobre os leitores que estão na escola, ao realizar a seleção das obras literárias. Além disso, Scheffel (2021, p.96) destaca que esta ação é um dos acertos do programa, já que proporciona um engajamento por parte das escolas de educação básica neste processo de escolha das obras. Importante, no entanto, observar essa escolha demandará tempo.

Sobre essa demanda de tempo e pode-se dizer também de conhecimentos para realizar a escolha dos livros, Freitas, Pereira e Segabinazi (2020) a partir de uma pesquisa, realizada no município de João Pessoa, na Paraíba, observam que, neste processo de seleção das obras, há uma “desorganização” nas escolas muitas vezes em decorrência da falta de tempo, de condições e orientações para que os professores possam fazer boas escolhas. Além disso, alguns fatores que incidem

sobre as escolhas destes professores estão ligados a critérios que não favorecem a leitura literária, já que, muitas vezes, há uma preocupação com a temática e com os conteúdos, e sendo assim com o fazer pedagógico. Neste sentido, a obra é direcionada para “transmissão de uma mensagem ou um ensinamento” (FREITAS, PEREIRA, SEGABINAZI, 2020, p. 615) indo contra a efetiva leitura da obra literária, que se dá através das interações e explorações diversas e intensas que a literatura proporciona ao leitor (COSSON, 2006; LAJOLO, 2018).

Dentro dessa perspectiva, para que o professor selecione boas obras, é importante que esse professor seja um leitor literário. Silva (2022, p.117) aponta esse fator como fundamental para se fazer boas escolhas, ao passo em que, quando a leitura se torna uma necessidade pessoal, indo além da simples leitura por obrigação e quando se compartilha a sensação do que é ler, forma-se o bom escolhedor de livros. Nesta perspectiva, ainda segundo a autora, direcionando para a escolha dos livros realizada pelos docentes, o professor leitor reconhecerá os livros de qualidade, bons para serem mediados. Livros que proporcionem uma "viagem literária" (SILVA, 2022, p.103), que, além de apresentarem enredos divertidos, quebras de estereótipos, diferentes culturas e etnias em suas representações, envolvam o leitor e o instiga a realizar reflexões e a significar a obra lida.

A seguir, apresenta-se a análise dos critérios de avaliação e seleção das obras, descritos nos editais de convocação, de cada um dos programas – PNBE e PNLD.

6.2 Análise comparativa entre os Editais de Convocação, do PNBE e do PNLD, para avaliação e seleção das obras de literatura

Neste tópico, será realizada a análise comparativa entre o Edital de Convocação 04/2012 (referente ao PNBE de 2014) e o Edital de Convocação 02/2018 (referente ao PNLD de 2018) tendo como base as semelhanças e as diferenças apresentadas nos processos de avaliação e de seleção dos acervos de livros de literatura. Para organização da escrita, a análise começará a partir das etapas estabelecidas nos editais: do cadastramento das editoras aos critérios de avaliação das obras literárias.

Adentrando no processo de avaliação em si das obras, são utilizados para análise os critérios de avaliação estabelecidos no Anexo II (p.19), do edital do PNBE, e do PNLD no Anexo III (p.30), no seu respectivo edital.

No PNBE os critérios de avaliação são os seguintes aspectos: (1) Qualidade do texto; (2) Adequação temática e (3) Projeto gráfico. No PNLD quatro dimensões avaliativas são estabelecidas: (1) Qualidade do texto; (2) Adequação de categoria, de tema e de gênero literário; (3) Projeto gráfico editorial e, por fim, (4) Qualidade do manual do professor digital (esta última facultativo). Observamos que há muita semelhança entre os Programas no que diz respeito aos critérios. A diferença mais sensível está no quarto critério presente somente no PNLD-Literário.

No primeiro critério, (1) Qualidade do texto, ambos os programas voltam-se para a avaliação das qualidades textuais básicas e ao trabalho estético com a linguagem, de forma a ampliar o repertório linguístico dos estudantes e propiciar a fruição estética, no PNLD “propiciar a fruição do uso singular da linguagem” (BRASIL, 2018, p.31). Porém, apesar de ser o mesmo critério utilizado nos programas, observa-se algumas concepções diferentes em relação a este aspecto.

No Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, este critério volta-se para a diversidade das obras em questões de complexidade e tipos de linguagens que atendam diferentes níveis de letramento, a fim de favorecerem leituras autônomas e leituras mediadas pelo professor, ao passo em que salienta que as obras deverão ser selecionadas de forma que propicie a “fruição estética [...] e de modo equilibrado tanto para favorecer uma leitura autônoma quanto para estimular uma apropriação dos textos pela leitura do professor em voz alta” (BRASIL, 2012, p.20). Além disso, no que diz respeito à qualidade textual, o edital do PNBE traz algumas das características que serão observadas nos textos em prosa e em verso, salientando que nos

textos em prosa, serão avaliadas a coerência e a consistência da narrativa, a ambientação, a caracterização das personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso das personagens a variáveis de natureza situacional e dialetal. No caso dos textos em verso, será observada a adequação da linguagem ao público a que se destina, tendo em vista os diferentes princípios que, historicamente, vêm orientando a produção e a recepção literária (BRASIL, 2012, p.20)

No entanto essas informações se fazem de forma mais genérica no passo em que não se exploram as características, ao exemplo dos textos em prosa, dos contos, das crônicas e dos romances. Este fato pode vir a ajudar as editoras

propiciando amplas possibilidades de explicações, ou pode fazer com que as editoras “se percam nessas classificações e as obras sejam inscritas quase que independentemente do disposto no edital” (COSSON, 2014, p.488).

Já no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD observa-se uma preocupação maior relacionada à temática abordada nas obras. O critério tema é vinculado aos gêneros literários e à exploração artística das obras.

Esta questão se contrapõe ao que o próprio texto do edital traz, ao mencionar que os textos deverão “evitar conduzir explicitamente a opinião e o comportamento do leitor, diferentemente, proporcionar um grau de abertura que convide à participação criativa na leitura” (BRASIL, 2018, p.31). Além disso, assim como no PNBE, no PNLD algumas características textuais são apresentadas sobre os textos narrativos, em verso e os romances gráficos. A descrição referente aos romances gráficos é igual às observações realizadas no PNBE para os livros de imagem, ao passo em que ambos salientam que estes devem “apresentar relação entre texto e imagem e as possibilidades de leitura das narrativas visuais” (BRASIL, 2012, p. 20 e BRASIL, 2018, p.32).

Em relação ao *segundo critério*, nota-se, novamente, que no PNBE, é mais evidente a preocupação com o diverso, com obras que possuem em suas narrativas a capacidade de motivar a leitura, de potencializar novas leituras e ampliar as referências do universo dos diferentes públicos (BRASIL, 2012). As obras devem ser “adequadas às faixas etárias e aos interesses das crianças” (BRASIL, 2012, p.20), além de diversas em questão das temáticas e em questão “dos diferentes contextos socioeconômicos, culturais, ambientais e históricos que constituem a sociedade brasileira (BRASIL, 2012, p.21). Neste aspecto mais diverso do PNBE, em relação aos gêneros literários, às temáticas e às experiências estéticas, é que se abre, e se potencializa, a possibilidade de formação da identidade dos leitores em formação (COSSON; PAULINO, 2007, p.72). Já em relação ao PNLD, o texto do edital procura adequar temas às categorias⁵ estabelecidas no Edital, sendo estas de acordo com as etapas escolares. As temáticas no PNLD são pré-determinadas e, além disso,

⁵ A inscrição das obras no PNBE era organizada por categorias conforme etapas escolares e em cada uma das categorias havia as caracterizações das obras. Estas caracterizações eram em relação aos gêneros textuais (para o Ensino Fundamental: textos em verso – poema, quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, adivinha; textos em prosa – pequenas histórias, novela, conto, crônica, teatro, clássicos da literatura infantil e livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público dos anos iniciais do ensino fundamental) (BRASIL, 2014, p.2). No PNLD, a inscrição das obras é realizada de acordo com as categorias, também por etapas escolares, porém, ao contrário do PNBE, as categorias no PNLD se articulam a temas que devem ser contemplados em cada etapa escolar.

cada uma delas possui um foco a ser mais considerado. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, são estabelecidas as seguintes temáticas e focos. Para a categoria 4 (1^o ao 3^o ano do Ensino Fundamental) os temas estabelecidos no Edital são :

Descoberta de si: Personagens/ sujeitos líricos vivenciando a percepção do corpo, dos sentimentos, das ações e da linguagem.

Família, amigos e escola: Primeiras experiências interpessoais e sociais das crianças, permitindo a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.

O mundo natural e social: Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a escola, a cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo.

Devem ser destacados temas que abordem contextos regionais e locais e que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.

Diversão e aventura: Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.

Outro tema: Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence. (BRASIL, 2018, p.35)

E para a categoria 5 (4^o e 5^o anos do Ensino Fundamental) se delimitam como temas:

Autoconhecimento, sentimentos e emoções: Percepção do corpo, construção da identidade e processos de amadurecimento, bem como a relação de personagens/sujeitos líricos com suas emoções e sentimentos, tais como o amor, a alegria, o luto e a dor.

Família, amigos e escola: Personagens que estejam em interação com o mundo que lhe é imediato, na relação com família, amigos e professores, permitindo a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.

O mundo natural e social: Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Devem-se destacar contextos regionais e locais.

Encontros com a diferença: A descoberta e o contato entre diferentes esferas culturais, sociais, geográficas etc., bem como entre indivíduos de diferentes etnias, raças e/ou o encontro com pessoas com

deficiências. Na interação com a diferença, deve-se destacar a necessidade de atitude respeitosa e convívio pacífico.

Diversão e aventura: Ir além da realidade imediata da criança e que estimulem a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.

Outro tema: Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence. (BRASIL, 2018, p. 36)

Tendo em vista a questão das temáticas restritas, no que tange às possibilidades de produção de sentidos dos textos, ao que consta no Edital do PNLD, questionamos se estas não colocam barreiras na intenção literária, no abrir “portas para variados mundos que nascem das inúmeras leituras que dela se fazem” (LAJOLO, 2018, p.55), criando barreiras nas possibilidades de mediação dessas leituras, promovendo o apagamento da experiência do literário (COSSON, 2006, p. 47), restringindo a leitura a um sentido único. Essa limitação das possibilidades de significação, que também restringem a criatividade, para Pinheiro e Tolentino (2020, p.178), é intitulada de “cerceamento da criação literária”. Além disso, questionamos também se a presença de temas pré-estabelecidos, não acaba por reduzir a literatura a uma mensagem a ser transmitida, uma transmissão, mesmo que sutil, de conteúdos, considerados, pelo Edital, adequados para determinada faixa etária (PINHEIRO; TOLENTINO, 2020, p. 177). Cabe ressaltar que, ao contrário do PNBE, que prevê que a temática deve estar vinculada à diversidade e aos interesses de cada faixa etária a fim de instigar a novas leituras, no PNLD, está mais voltada aos pressupostos de documentos orientadores curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e as Diretrizes e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Nesta perspectiva, pode-se relacionar os fatores dos temas estarem no centro das questões do PNLD, já que estão em direção ao currículo estruturado que deve ser seguido.

Em relação ao Ensino Fundamental, a BNCC é usada como meio norteador no PNLD. Apesar de a Base Nacional Comum Curricular fazer várias relações a múltiplos letramentos, relacionados à área da linguagem, mais especificamente a língua portuguesa, não há citação alguma acerca do letramento literário no documento. Em contrapartida, observa-se várias condições que possibilitam a ligação da literatura à abordagem de habilidades e competências específicas que vinculam o letramento ao ensino da língua portuguesa.

Ao se referir sobre leitura literária, a BNCC salienta que essa deve possibilitar o

desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. (BRASIL, 2015, p.87)

Além disso, ainda atrelada à área da linguagem, mas especificando um pouco mais acerca da área da literatura, a BNCC apresenta o “campo artístico literário”. Este eixo tem como intenção, segundo o documento, fomentar a participação dos estudantes em “situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas” (BRASIL, 2015, p. 96).

Estas descrições, apresentadas na BNCC, apesar de remeterem, de forma enxuta, ao ensino da literatura e da formação do leitor, abrem lacunas para o que se pode entender sobre esses conceitos, assim como não se vinculam com o desenvolvimento efetivo do letramento literário. Segundo as autoras Nunes, Martini e Melo (2021, p.86-87), é necessária uma mediação planejada e intencional, por parte dos professores, para que se proporcione experiências com os textos literários, e que, além disso, se organize dentro dos currículos a formação de clubes de leitura nos ambientes escolares, a fim de assegurar o direito dos leitores e possibilitar que estes interajam com outros leitores.

Nesse sentido, ao refletir sobre as habilidades que envolvem a literatura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, observa-se que não há referências às práticas de leitura literária, no sentido de expandir as relações entre autor e leitor e proporcionar a abertura para que o leitor interaja com o texto e, que desta interação, reconheça os sentidos que poderá empregar à obra. Assim como, não há evidências que garantem momentos de trocas entre leitores, momentos que, juntos, os leitores podem discutir sobre as obras e compartilhar, os sentidos individuais encontrados, para o coletivo. O documento preconiza a formação de um “leitor-fruidor” (mesma nomenclatura utilizada no PNLD) que em suma, como apontado por Melo et al., Martini, Lopes, Silva, Nunes e Sperrhake (2021, p.112), sabe, “ao mesmo tempo, usufruir e desfrutar de um texto”. As autoras, ao relacionarem com o conceito de fruição, mencionado na BNCC, apontam que há um espaço para que se entenda a

leitura, a partir do conceito de leitor-fruidor, como apenas uma “decodificação, pela estrutura do texto, sem uma preocupação com uma linguagem produtora de sentido” (p.113), sendo assim, sem uma preocupação com a efetiva formação do leitor literário.

O último aspecto avaliativo comum aos dois Programas volta-se ao *projeto gráfico das obras*. Neste critério de avaliação, no PNBE a preocupação com a expressão estética fica mais evidente, a fim de enriquecer o projeto literário, com diferentes composições artísticas, que mesclam, ou não, elementos ilustrativos, formas, tamanhos do livro, além das tipologias dos elementos textuais escritos. Há espaço para a exploração dos elementos gráficos que compõem a obra, tornando-a mais ampla para processos interativos, interpretativos e brincantes. Neste ponto, criam-se, também, diferentes possibilidades de mediação de leitura e explorações artísticas das obras.

No PNLD a preocupação está mais direcionada à tipografia dos textos e ao equilíbrio estético entre eles. Como apontado no edital

O projeto gráfico-editorial deverá apresentar equilíbrio entre texto principal, textos complementares e intervenções gráficas, como as ilustrações, quando houver. Deverá garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da(s) fonte(s) utilizada(s); do espaçamento entre letras, palavras e linhas, do alinhamento do texto, qualidade do papel e impressão.(BRASIL, 2018, p.38)

Além disso, observa-se uma preocupação maior com a padronização das obras em relação aos formatos, tipo de papel e acabamentos. Quando analisadas as especificações técnicas das obras, estabelecidas pelo PNLD no Anexo II do Edital (BRASIL, 2018, p.26), percebe-se que no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) há um espaço mais amplo para as representações e intenções elaborados pelos autores e ilustradores, já que, com normas tão padronizadas, como as estabelecidas no PNLD, pode se perder, ou empobrecer a proposta original da obra (FREITAS;PEREIRA;SEGABINAZI, 2020, p. 609). Se tratando de aspectos para avaliar obras literárias de qualidade, Colomer (2015, p.256) também aponta que é muito importante refletir sobre o leque de “elementos construtivos” que constroem uma narrativa, e neste ponto, avaliar se as opções escolhidas pelo autor realmente colaboram para ampliar as experiências literárias dos leitores.

Por fim, ainda dentro desse aspecto de avaliação, é necessário, em ambos os Programas, apresentar um material de apoio com a biografia do autor e outras informações pertinentes à obra, a fim de enriquecer o projeto gráfico. Esta contextualização no PNBE é apresentada de forma mais ampla, o que pode ser entendido como uma abertura de espaço para diferentes formas de apresentação, e no PNLD é relacionada ao propósito de “oferecer subsídios que auxiliem na compreensão dos modos de produção, circulação e recepção das obras e/ou dos interesses e dos conflitos que permeiam as condições de produção das mesmas” (BRASIL, 2018, p.38).

Até este momento, foram relacionados os critérios que, em parte, são comuns aos dois Programas. Porém, diferente do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), apresenta um outro critério de avaliação vinculado à qualidade do material de apoio digital ao professor que acompanha as obras literárias. Embora este aspecto avaliativo seja facultativo, vale ressaltar o mesmo nesta pesquisa. A avaliação do conteúdo desse material, segundo o Edital, está amparada na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e nas Diretrizes e Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

O Edital apresenta os seguintes pontos que serão considerados no critério (4) Qualidade do manual do professor digital:

I – as informações apresentadas que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema(s), categoria e gênero literário; (4) subsídios, orientações e propostas de atividades.

II – as orientações para as aulas de língua portuguesa ou língua inglesa (conforme idioma da obra literária) que preparem os estudantes antes da leitura das respectivas obras (material de apoio pré-leitura), assim como para a retomada e problematização das mesmas (material de apoio pós-leitura)

III- as orientações gerais para aulas de outros componentes ou áreas para a utilização de temas e conteúdos presentes na obra, com vistas a uma abordagem interdisciplinar. (BRASIL, 2018, p. 38)

Para Pinheiro e Tolentino (2020, p. 175), ao estabelecer manuais para o trabalho docente com a literatura, o PNLD demonstra tentar regular esta prática, além de controlar a recepção da literatura no contexto escolar que, pelo conteúdo

das exigências, evidenciam uma “interdição do literário”. Ou seja, nesta perspectiva, a obra pode vir a perder o seu valor literário e ir ao encontro a uma leitura escolar que apaga dimensões do texto literário (SCHEFFEL, 2021, p. 92). Porém, refletindo a partir da pesquisa de Scheffel (2021, p.90-95), que analisa um dos manuais para o professor, podemos observar que, quando bem estruturadas as propostas, com intencionalidade dentro do literário, esse material guia pode ser um caminho de auxiliar os professores para que possam, dentro da escola, potencializar o letramento literário. Esse olhar mais positivo ao manual do professor, no entanto, depende de uma leitura crítica de quem irá mediar a aproximação com o livro por meio da leitura, bem como abertura ao contexto de leitura, o que envolve a singularidade dos leitores. Tal postura é fruto do que Cecilia Bajour (2012, p.60) caracteriza como "predisposição à surpresa", isto é, "partir do princípio de que as significações ou as maneiras de penetrar nos textos não estão dadas de antemão [...]".

No próximo capítulo, articulamos os achados dos Editais com os conceitos de letramento, letramento literário e literatura com vistas a perceber como os Programas evidenciam esses conceitos, bem como demonstram preocupação com o desenvolvimento de práticas de letramento literário a partir da seleção de livros.

7 ARTICULAÇÃO DA ANÁLISE COM OS CONCEITOS DE LETRAMENTO LITERÁRIO E LITERATURA

Com base na análise comparativa realizada no capítulo anterior e nos conceitos de literatura, letramento e letramento literário, se propõe neste capítulo responder às questões levantadas nesta pesquisa: De que modo às organizações de avaliação e seleção das obras se relacionam com o desenvolvimento do letramento literário na escola? E quais livros são propícios ao desenvolvimento deste?

O acesso e contato direto com textos literários são direitos e práticas sociais que devem estar presentes na vida das pessoas (COSSON, 2006, p.23) com vistas à promoção do letramento literário (COSSON; PAULINO, 2007, p.74). Esse acesso e contato acontecem majoritariamente ou de modo exclusivo, a partir da mediação da escola e dos livros disponibilizados e mediados por ela. Essa constatação que se pode obter, por exemplo, com dados da pesquisa Retratos da Leitura do Brasil (2020) que demonstra que na faixa etária entre 5 e 17 anos (idade escolar considerando as etapas da Educação Básica) os entrevistados revelam altos índices (entre 60% e 40%) sobre a influência da escola na indicação nos livros lidos.

Soares (1998, p.58) ao discutir sobre as condições para o letramento, salienta que é necessária uma escolarização real e efetiva, assim como disponibilidade e contato com materiais de leitura. Fazendo relação, especificamente, com o letramento literário, pode-se afirmar que para o seu efetivo desenvolvimento, no ambiente escolar, é necessário que haja, nas escolas, livros literários diversos e que os estudantes tenham contato direto com esses livros. Além disso, são necessárias ações potentes e efetivas que auxiliem leitoras e leitores a ir além da simples decodificação do texto. A escola deve planejar propostas efetivas que oportunizem um encontro potente e independente, entre o leitor e o texto, para que o leitor possa, a partir de suas subjetividades, encontrar os sentidos para a obra. Além disso, deve organizar espaços coletivos de trocas, como uma comunidade de leitores, a fim de proporcionar momentos em que os leitores possam compartilhar os sentidos e significados individuais como coletivo. Neste sentido, se desenvolve o letramento literário, em torno de uma leitura significativa em termos de sentidos (COSSON, 2006).

Nesta perspectiva, aponta-se para os programas discutidos nesta pesquisa, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Programa Nacional do Livro e

do Material Didático (PNLD) voltado à escolha de textos literários, tornam-se parte do processo de letramento literário, já que tem como ação principal a distribuição sistemática de livros literários a todas as escolas públicas do Brasil. No entanto, somente distribuição dos livros não é suficiente, é importante assegurar que os livros sejam de qualidade e que os acervos sejam diversos tanto em termos de gêneros literários, quanto de autores, incluindo nesta autoria os ilustradores, e temáticas.

Como já apontado, diferentemente do PNLD, o PNBE, foi um Programa voltado especificamente à seleção e distribuição de obras literárias tendo todas as suas ações especificamente voltadas a esse objetivo. Para isso, Melo (2019) observa que o PNBE foi qualificando suas ações constituindo um encadeamento de fazeres desde a inscrição das editoras até a seleção final balizado por pesquisadores profundos conhecedores sobre literatura e formação de leitores literários.

Nesta perspectiva, Colomer (2015, p.252), ao falar sobre a seleção e construção de acervos de literatura com obras de qualidade, afirma que,

Consultar as seleções oferecidas por revistas ou especialistas que merecem nossa confiança e criar grupos de leitura entre pais, bibliotecários e professores são formas de chegar a uma produção já aprovada, o que facilita enormemente a busca. (COLOMER, 2015, p. 252).

Lajolo (2018, p.27), nesta mesma perspectiva, afirma que é necessário “literarizar” o texto, através do endossamento da obra decorrente de análises de pesquisadores e especialistas na área. Sendo assim, tendo em vista o PNLD, esta afirmativa é mais difícil de ser realizada, já que a equipe é composta por diferentes professores de áreas e especialidades distintas, um grupo mais diverso, porém essa diversidade não é garantia de qualidade.

Mas afinal, o que é livro literário e de qualidade? Lajolo (2018, p.13) afirma que “a literatura está sempre inovando, ganhando cara nova”. E segundo Colomer (*apud* BRUNER, p. 253), o que confere ao texto o selo de literário é quando esse cumpre o papel de possibilitar, através de uma experiência compreensível, a construção de diversas perspectivas sobre o mundo. Importante observar o alerta de Lajolo (2018, p. 14) de que é imprescindível que a(s) literatura(s) fale(m) sobre vários mundos (LAJOLO, 2018, p.14), a fim de transportar as pessoas para horizontes conhecidos, ou não, possibilitando que se (re)conheçam, imaginem e queiram ser e agir de modos diversos. Como aponta Cosson (2006, p.30), a

literatura deve oferecer “os instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito de linguagem”. Estes aspectos, além de estarem ligados a “elementos construtivos” que compõem as obras, estão relacionados às características e “situações de uso” que fazem da literatura o caminho para “o mundo do possível” (LAJOLO, 2018, p.59). O contato com essas possibilidades é uma prática de interação sensível que se configura pelo modo como o texto se constitui, adequando-se à linguagem literária e seus efeitos de sentido que convocam a confiança do leitor seja para uma boneca que fala como a Emília de Monteiro Lobato, ou para imaginar situações possíveis somente por meio da linguagem poética: “um menino que carregava água na peneira” (BARROS, 2021, p. 9-11).

Para Soares (1998, p.43) pesquisadora que inaugura a conceituação sobre letramento no contexto brasileiro, “Letramento é descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender-se lendo ou escrevendo (delinear o mapa de quem você é), e é descobrir alternativas e possibilidades, descobrir o que você pode ser”. Nesta perspectiva, o letramento, discutido por Soares, é uma prática social que possibilita que as pessoas se envolvam em diferentes contextos e práticas sociais. Além disso, proporciona que os sujeitos pensem, reflitam e ajam, através da leitura, sobre si mesmos e sobre os contextos aos quais estão inseridos. A autora aponta que “o letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 1998, p.72).

Em relação ao letramento literário, Cosson e Paulino (2007, p. 69) consideram as práticas relacionadas a ele um “espaço de construção de identidades e de comunidades” (COSSON; PAULINO, 2007, p. 69). Através da experiência com a literatura, formas de (re)interpretação do mundo, do outro e de si mesmo se destacam e permitem “o (re)conhecimento do outro e o movimento de desconstrução/construção do mundo”. Esse ciclo se dá pela composição, pela convalidação, com a negociação, com os desafios e com as transformações dos padrões culturais, comportamentais e identitários (COSSON; PAULINO, 2007, p. 70).

Com isso, reflito sobre a literatura como transformação dos sujeitos e das práticas culturais e sociais: ao passo em que a literatura transforma os indivíduos, a medida em que possibilita que eles se (re)conheçam, compreendam sua realidade e

compreendendo-a, possam agir sobre ela, e transformar a comunidade através desses sujeitos leitores, pois as pessoas interagem e dialogam transformando os outros sujeitos ao seu redor. Por este ângulo, quando se fala em letramento literário para crianças, além de falar em formar e aumentar repertório e ampliar as questões da linguagem se fala na formação crítica desses indivíduos, que estão inseridos social e culturalmente na sociedade. Este movimento se dá, quando através do universo literário, as crianças podem conhecer novos mundos, experimentar novas possibilidades, criar, imaginar, questionar, refletir, comparar, relacionar fatos, se reconhecer, experienciar o estético literário (as cores, as formas, as linguagens) e as brincadeiras e os jogos, que esses projetos podem vir a oferecer. Neste sentido, quando se explora este universo de forma potente e adequada, abre-se caminho para a "formação cultural do indivíduo" (COSSON, 2006, p.20).

Em prol dessas afirmativas e do compromisso com as experiências literárias, é importante analisar alguns "elementos construtivos" das obras (COLOMER, 2015, p. 256). Durante as avaliações, como dos Programas comparados neste trabalho, é essencial a atenção à qualidade considerando que os textos escolhidos fomentarão o processo de formação de leitores e, com isso, do letramento literário. Por isso, os acervos devem contemplar narrativas com diferentes intenções de comunicação, com histórias sendo contadas valendo-se das múltiplas possibilidades de expressão verbal e visual, a fim de ofertar experiências literárias diversas, e distintas formas de estabelecer a "interação estética" (LAJOLO, 2018, p. 26), ou seja, o encontro entre o autor e o leitor que convoca a sensibilidade.

Em outras palavras, um acervo de qualidade é composto pela diversidade, com livros de diferentes gêneros literários, diferentes narrativas, autores, projetos gráficos, histórias, enredos e temas. Essa diversidade oferece liberdade ao leitor para formar suas preferências (COLOMER, 2015, p.303). Observa-se, porém que diversidade não significa aleatoriedade, pois em se tratando do público leitor das primeiras etapas da Educação Básica é importante atentar para que as obras sigam uma complexidade crescente entre as narrativas, a fim de acolher e instigar o leitor para que o mesmo avance "na complexidade e riqueza das obras" (COLOMER, 2015, p.296).

Além dessas prerrogativas, Cosson (2006, p.33) aponta para 3 direções importantes que devem ser consideradas para a seleção de acervos literários. Primeiro, há de conter obras canônicas, que "trazem um ensinamento que

transcende o tempo e o espaço e demandam uma profundidade de leitura fundamental”. Segundo, obras contemporâneas, prevalecendo a diversidade de textos e que utilizem linguagens e temas pertencentes aos seus potenciais leitores. Por fim, obras plurais, com diversidade de autores, histórias e gêneros. Colomer (2015, p.252) também aponta para um conjunto que deve ser organizado com base em obras clássicas, recentes (atuais) e que trazem algumas novidades, como por exemplo, de gêneros, de temas e de tipos de ilustrações. Nesta mescla de composições, vale salientar que obras contemporâneas para Cosson (2006, p.34) são aquelas que são publicadas no presente, e que atual, é aquilo que tem significado no presente, sendo este publicado nos dias atuais ou não. Neste sentido, podemos observar que os acervos, principalmente quando selecionados para um programa que distribui livros literários para todo o Brasil, em suas múltiplas fases, devem ser diversos e que além dos clássicos, devem ter obras atuais, ou seja, obras que são significativas de sentidos para os leitores em formação.

Tendo em vista esses apontamentos e os critérios de avaliação das obras que compõem os acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e do Programa Nacional do Livro e do Material Didático(PNLD), compreende-se que os aspectos apontados no edital do PNBE, vão mais ao encontro do que entendemos por livros literários de qualidade e fomento ao letramento literário. No PNBE, como já mencionado no capítulo 6, há preocupação mais explícita com a oferta de textos literários de qualidade e que, em sua totalidade, sejam diversos, com uma nítida preocupação com a expressão estética, com a diversidade temática, sem ignorar os interesses de cada faixa etária, tampouco a abertura dos textos à motivação para ler e a ampliação dos sentidos. Neste sentido, caminha-se para a “aprendizagem da cultura literária” e da construção de repertórios para o leitor em formação (COSSON: PAULINO, 2007, p.75) que vive práticas de letramento literário.

Já no PNLD, fica mais evidente a preocupação com as temáticas e foco temático que podem ser abordados para cada categoria. Apesar de amplos, esta visão limita o literário. Essa postura no processo seletivo afasta da linguagem literária e pode levar a um modo de interagir com o texto no qual “o tema fica em evidência e a obra fica para trás e o que deveria ser um estudo literário passa a ser um estudo deste ou daquele assunto” como explica Cosson (2006, p. 90) ao falar sobre modos de presença do texto literário na escola.

Dentro do processo de letramento literário nas escolas, utilizar a temática para contextualizar e explorar de forma mais aprofundada a obra não é problema. O problema está quando a temática se sobrepõe à obra literária e deixa de lado os outros elementos que fazem parte da experiência estética literária, principalmente o exercício individual de produção de sentido.

Para que a literatura, em sua potencialidade, seja capaz de transformar os sujeitos, e cumprir sua função, é necessário que seu ensino fuja dos didatismos e da simples função de ensinar ou complementar determinado conteúdo, uma "literatura utilitária" (FREITAS; PEREIRA; SEGABINAZI, 2020, p.608). Esta prática faz com que, ao longo do ciclo escolar, as crianças e os jovens percam o encantamento pela literatura, e com isso, a vontade de ler literatura. Cosson e Paulino (2007, p. 73) alertam para o fato de que, durante as etapas escolares, os adolescentes, por exemplo, "afastam-se de um possível letramento literário que lhes foi acenando na infância por meio de contação e invenção de histórias" e passam a repelir os textos literários justamente pelo seu ensino inadequado. Por esta razão, é necessário que, além da distribuição de livros de qualidade ocorra também uma escolarização adequada da literatura na escola (SOARES, 2011).

Cosson (2006) também alerta para a importância das práticas docentes em aula em vista da experiência literária. Nesta perspectiva, o autor organiza em sua obra, duas possibilidades de sequências (uma básica e uma expandida) com estratégias para o ensino de literatura nas escolas, que podem ser seguidas pelos professores. Será abordado aqui, para fim de ilustração básica, as sugestões apresentadas na sequência básica, para que se possa refletir sobre as ações que caminham para o letramento literário dentro da escola, tendo como base os pressupostos realizados anteriormente. Além de refletir sobre dois aspectos apresentados sobre os programas: a importância da contextualização adequada do autor e da obra, e a presença do manual do professor no PNLD.

Primeiramente, o autor defende que toda leitura necessita de um preparo, ou seja, é necessária uma boa motivação para promover o encontro do leitor, do aluno, com a obra (COSSON, 2006, p.54). Neste sentido, a motivação acontece antes da leitura do texto com uma proposta que instigue os estudantes a terem vontade de ler a obra. Porém, assim como mencionado pelo autor, a motivação não deve "silenciar" nem o texto nem o leitor, ou seja, não deve conduzir a leitura para um único caminho, indo na contra mão dos presentes discutidos até aqui. Após a motivação,

Cosson (2006) afirma que deve haver uma introdução antes da leitura que apresente tanto o autor da obra e a obra em si. Estas informações devem ser básicas, e a apresentação do autor deve ir de encontro com a obra em questão. Além disso, as informações sobre a obra devem estar relacionadas sobre a importância da mesma naquele momento, justificando a sua escolha. Além do que, neste momento é interessante realizar uma leitura da capa e a exploração dos elementos gráficos que compõem a mesma. Levantar algumas hipóteses sobre a história da obra, com os estudantes, também potencializa e positiviza este momento de encontro entre leitor e a obra (p.61). Após este momento de introdução, os estudantes devem ser convidados a fazerem a leitura do livro.

Por fim, e como parte fundante do letramento literário, devem ser realizadas interpretações sobre a leitura. É neste momento que o leitor constrói sentidos para o texto lido “dentro de um diálogo que envolve autor, leitor e comunidade” (COSSON, 2006, p.64). O autor salienta a importância desta interpretação no âmbito individual, no qual ele chama de “momento interior”, e no âmbito mais coletivo - no “momento externo”.

No momento interno ocorre o que Lajolo (2018, p.26) chama de “interação estética”. Neste momento o leitor se conecta com a obra e nela descobre-se e interage nos sentidos que lhe apresenta naquele momento. Cosson (2006, p.65) explica esse momento como o instante no qual “[...] o texto literário mostra a sua força, levando o leitor a se encontrar (ou se perder) em seu labirinto de palavras. O autor ainda reforça que esta interpretação é o “núcleo da experiência literária, que não pode ser substituído por nenhum mecanismo pedagógico” (COSSON, 2006, p.65). O momento interior, portanto, é o momento em que o leitor se encontra com o texto e produz sentidos a partir de suas vivências.

Já no momento externo, acontece o compartilhamento dessas interpretações, realizadas, primeiramente, individualmente, para o grupo de leitores - para a “comunidade de leitores”. Cosson (2006, p. 65-66) aponta esse momento como fundamental para o letramento literário, pois é quando se ampliam os sentidos construídos individualmente, através dos diálogos realizados coletivamente sobre a obra e se potencializa a leitura do mundo e dos sujeitos, a partir do texto literário.

O PNLD, além da proposta de envolver os professores nos processos de escolhas das obras literárias, disponibiliza, em algumas obras, um manual ao professor, com ações que podem fazer parte do cotidiano literário dentro das

escolas. Porém, há de se refletir se estes manuais vão ao encontro com os princípios descritos anteriormente sobre a formação do leitor literário e do fomento do letramento literário organizado por Cosson (2006), ou caminham para uma perspectiva que anula a literatura em nome de trabalhar temas e conteúdos, didatizando, de forma inadequada, a literatura. Abre se aí, espaço para outras pesquisas que analisem esses manuais que, não se ignoram, podem ser diretivos inibindo a criação de possibilidades de mediação da leitura dos livros literários, mas que também poderão ser um bom ponto de partida para a formação de leitores literários em espaços em que tal experiência poderá inexistir.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...]
*Um livro é um esconderijo de tranquilidade.
O livro é um amigo quando os outros aborrecem você.
Um livro é uma aventura que você vive sem sair do lugar.
Em um livro, você pode encontrar a solução para os seus problemas.
Um livro pode ir com você para qualquer lugar.
Um livro pode ajudar você a entender melhor a vida.*
[...]
Um livro é a voz de alguém.
[...]
(LEGEAY, 2012)

A literatura para mim sempre foi uma porta para outras histórias, para outras possibilidades. Como um refúgio, para os momentos de ansiedade. Os textos literários me abrigavam em suas páginas. Foi assim que a literatura entrou na minha vida, como um “portal” que me levava para vivenciar outras histórias. Na sequência, a literatura começou a me mostrar outras formas de ver e vivenciar o mundo ao qual eu faço parte, e nele criar condições e possibilidades para o meu envolvimento social e cultural dentro da comunidade. Além disso, a literatura me incentivou e me incentiva a ir em busca de novas informações e novos conhecimentos, principalmente em questões históricas, ela é um “portal” para o passado também. Hoje, além dessas e muitas outras possibilidades que a literatura apresenta para mim, mergulho nas potencialidades dos livros literários infantis e juvenis. Desbravo as narrativas, me encanto pelas ilustrações e pelas possibilidades estéticas da linguagem verbal que são apresentadas. Acredito que ser leitor e compreender os significados da literatura para o mundo e para si mesmo são fundamentais para formar leitores literários.

Nesta perspectiva, acredito que, ter como objetivo “formar professores leitores”, como apontado no PNBE, é fundamental. Já que, um professor *leitor*, fará boas escolhas literárias a fim de proporcionar aos estudantes experiências e relações potentes com a literatura, atuando com responsabilidade social na sua condição de formador de leitores (MELO, 2019). Este caminho formativo perpassa as construções de repertórios que envolvem a aprendizagem dentro da cultura literária (COSSON; PAULINO, 2007), uma cultura que constitui um “sujeito da linguagem”, que interage com a literatura em várias frentes (COSSON; PAULINO, 2002).

A inserção nessa cultura depende de ações sistemáticas, planejadas, constantes: a formação de uma comunidade de leitores, a criação de um espaço de compartilhamento de leituras, de ideias, de diálogos, de trocas e de oportunidades para outras atividades englobadas no universo literário. Por meio dessas ações, o professor poderá formar leitores capazes de fazer boas escolhas literárias com base em seus interesses e “repertório literário”. Estas são práticas que fazem parte de um ciclo que deve ser concretizado e estimulado.

Nesta perspectiva, para além da distribuição de livros de qualidade, as ações que visam ao letramento literário também devem estar abarcadas nos processos dentro da escola, como o uso adequado dos livros distribuídos, criação de espaços que oportunizem uma leitura potente das obras, propostas que enriqueçam a leitura literária e motive os estudantes para lerem outros livros, a exemplo das ações apresentadas por Cosson (2006). É necessário, também, políticas de formação continuada para formar bons mediadores de leitura, pois a concepção de leitura, letramento literário e literatura estará atrelada a estes profissionais e o que eles desenvolvem dentro da escola.

Como apresentado ao longo desta investigação, o Programa Biblioteca da Escola - PNBE se alinha mais às concepções de literatura, letramento e letramento literário apresentados nesta pesquisa. Porém, o programa foi descontinuado em 2014 e foi substituído, em 2017, pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Contudo, vale salientar que as divergências apontadas no PNLD não devem ter como consequência a interrupção do Programa. Pelo contrário, acredita-se que o PNLD pode ser aperfeiçoado e expandido, a fim de dar continuidade a distribuição de livros de literatura para todas as escolas públicas do Brasil, garantindo o acesso à literatura a todos os estudantes, nos diferentes níveis escolares. Porém, sempre almejando a distribuição de *livros de literatura, diversos e de qualidade*, de modo mais alinhado ao que pretendia o PNBE, a fim de "assegurar o direito à leitura e promover a formação de leitores que compreendam diferentes gêneros textuais, extravasando os textos lidos e reconhecendo na leitura o lugar tanto da informação e do conhecimento como do prazer" (MELO, 2019, p. 26).

Assim, acreditamos que, o que se possa considerar, seria a retomada de um programa específico para a distribuição de livros de literatura, assim como era o PNBE. Nesta perspectiva, a volta do Ministério da Cultura, e da criação da

Secretaria de Formação, Livro e Leitura⁶, podem ser importantes ferramentas para a democratização cultural e literária, e que almeje consolidar o letramento literário nas escolas públicas, espaço fundamental para tal ação.

A comparação do processo de seleção dos dois Programas demonstra que o desenvolvimento do letramento não está somente na interação com o livro, começa desde a escolha entendendo como ela aconteceu e a que resultado chegou. Há, portanto uma rede de sujeitos e ações que podem fomentar ou enfraquecer a formação de leitores de literatura.

⁶ No primeiro dia de janeiro de 2023, tomou posse o novo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, que promoveu a retomada de ações relevantes tais como a recriação do Ministério da Cultura (conforme manchete do jornal Correio Braziliense em 31/12/2022 - "Reconstrução do ministério é primeira tarefa na área da cultura" <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/12/5062744-reconstrucao-do-ministerio-e-primeira-tarefa-na-area-da-cultura.html>) bem como da Secretaria de Formação Livro e Leitura.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. Linguagem. **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2023. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/linguagem>. Acesso em 06 jan. 2023
- BAJOUR, C. **Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura**. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.
- BARROS, M. **Exercícios de ser criança**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021. BICALHO, D. C. Leitura. In: FRADE, I. C. A. da S.; VAL, M. da G. C.; BREGUNCI, M. das G. de C. (orgs). **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/leitura> . Acesso em: 11 jan. 2023.
- BRASIL. Decreto no 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 237, p. 7-8, 19 jun. 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/07/2017&jornal=&pagina=7&totalArquivos=72>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 80, p. 8519-8519, 29 abr. 1997a. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/04/1997&jornal=1&pagina=31&totalArquivos=88>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital no 4/2012. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, ano 149, n. 239, p. 64, 12 dez.2012. Disponível em:<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/12/2012&jornal=3&pagina=64&totalArquivos=256>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução no 7, de 20 de março de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 55, p. 14, 23 mar.2009.Disponível em:<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/03/2009&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=96>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- BRASIL.Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca na Escola**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- COLOMER, Teresa. Critérios de avaliação e seleção de livros infantis e juvenis. In: COLOMER, Teresa. **Introdução a literatura infantil e juvenil atual**. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2015. Cap. 5, p. 251-306.
- COSSON, Rildo. Letramento Literário. **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores** . Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2023.Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento-literario>. Acesso em 09 jan.2023.
- COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSSON, Rildo; PAIVA, Aparecida. O PNBE, a literatura e o endereçamento escolar. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 34, n. 2, p. 477-499, nov. 2014.
- FERNANDES, Célia Regina Delácio; CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 319-328, set./dez. 2012.

FREITAS, Anna Magally Pereira; PEREIRA, Israel Niwton da Costa; SEGABINAZI, Daniela Maria. **Os critérios de avaliação e seleção de obras literárias - O PNLD literário 2018**. Revista X, Paraná, v.15, n. 7, p. 597-617, 2020.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

INSTITUTO PRÓ LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**: 5ª edição. [S. l.]: IPL, 2020. 153 slides, color. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da leitura no Brasil: dados da 5a edição. São Paulo: **Instituto Pró-livro**, 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em 25 abr. 2021.

LAJOLO, Marisa. **Literatura ontem, hoje e amanhã**. São Paulo. Editora Unesp. 2018. LEGEAY, Chloé. **Para que serve um livro?** Tradução de Márcia Leike. 1.ed.:Pulo do Gato, 2012.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologias da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed..São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, C., MARTINI, J., LOPES, M., SILVA, L., FORGEARINI NUNES, M., & SPERRHAKE, R. (2021). Leitura Literária na Escola: O Desafio da Mudança de Paradigma. **Revista Conhecimento Online**, [S. l.], v. 3, p. 105–126, 2021. DOI: 10.25112/rco.v3.2718. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/2718>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MELO, Camila Alves de. **História e memória do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas contribuições para a formação de alunos-leitores**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MELO, Camila Alves de; MARTINI, Júlia Soares; NUNES, Marília Forgearini. Currículo e Letramento Literário: A Experiência de um Clube de Leitura. In: TRAVERSINI, Clarice Saete; LOCKMANN, Kamila; SPERRHAKE, Renata. **Pesquisar com a escola: currículo e inclusão em foco**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2012.p.78-88.

NUNES, Marília Forgearini. **Leitura mediada do livro de imagem no ensino fundamental: letramento visual, interação e sentido**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PAULINO; Graça; COSSON, Rildo. Letramento Literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; ROSING, Tania M. K. **Escola e Leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009. p. 61-79.

PINHEIRO; Marta Passos; TOLENTINO, Jéssica Mariana Andrade. A Literatura Infantil em perigo: Políticas Públicas e o controle da leitura. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 38, p. 169-182, set-dez, 2020.

SCHEFFEL, Marcos Vinicius. Análise das Propostas de Ensino de Literatura de Material de Apoio do PNLD-Literário de 2018. **Signum: Estudos de Linguagem**, Londrina, v.24, n.2, p.85-97, ago, 2021.

SILVA, Lílian Carine Madureira Vieira da. Uni, duni, tê, esse livro eu vou escolher-ler. In: NUNES, Marília Forgearini et al; SPERRHAKE, Renata; MELO, Camila Alves. **Ler para mediar: a literatura infantil na roda**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p.100-120.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). **Escolarização da leitura literária**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 1. ed. São Paulo. Contexto, 2021.

SOARES, Magda. Letramento. **Glossário Ceale:** termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2023. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento>. Acesso em 17 jan.2023.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2020.